

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF e o direito do contribuinte em crimes fiscais - OPINIÃO JURÍDICA..... 3

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Denunciadas falhas de robôs do INSS..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gás natural veicular fica 15,35% mais caro em MG..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Se 300 empresas fizeram LinkedIn mudar, imagine 3.000 pelas cotas raciais..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Políticos negligenciam o crescimento econômico (Artigo)..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"É factível que a inflação só volte para a meta em 2024"..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A lição espanhola (Artigo)..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA
ECONOMIA

Alta de juros nos EUA e no Brasil afeta bolsa e dólar..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros vão a 12,75%, e BC indica nova alta..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A economia pede socorro (Editorial)..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
ECONOMIA

Mais pessimistas, Brasil e EUA esticam escaladas de juros..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A seguir: ditadura com Bolsonaro - RUY CASTRO..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

BC eleva juros para 12,75% ao ano e indica que ciclo de alta vai continuar..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Investimento em renda fixa ganha mais apelo com nova alta da Selic..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

EUA elevam juros em 0,5 ponto percentual, maior alta desde 2000..... 29

Quinta-Feira, 5 de Maio de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Entenda por que inversão da curva de juros pode prenunciar recessão.....32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Auxílio Brasil de valor mínimo permanente de R\$ 400 vai a sanção.....34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Pandemia, inflação, guerra, lockdowns na China, eleição; tempestade perfeita? - SOLANGE
SROUR

.....36

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Por reajuste, delegados da PF aprovam paralisações e a entrega de cargos.....38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mulheres poderão sacar recursos do FGTS para pagar creche para os filhos.....39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Reajuste de plano de saúde empresarial vai parar na Justiça.....41

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Covid-19: Pequim fecha 15% do metrô e 158 rotas de ônibus.....42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Combustível mais caro acelera gasto com importação.....43

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Fed sinaliza comedimento na aceleração dos juros (Editorial).....44

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

Fome cresce no mundo, e guerra agrava o quadro.....45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC aumenta taxa Selic para 12,75% e admite nova alta.....46

STF e o direito do contribuinte em crimes fiscais - OPINIÃO JURÍDICA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208?page=1§ion=1

Denunciadas falhas de robôs do INSS

Mathcus Souza

Para tentar diminuir a fila de pedidos que aguardam análise, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) utiliza uma inteligência artificial para conceder ou negar benefícios.

Porém, especialistas da área previdenciária, aposentados e sindicatos denunciam que a análise feita pelo robô apresenta falhas.

O Isaac é nome da tecnologia de inteligência artificial que foi desenvolvida pelo Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência) para ser utilizada pelo **INSS**. Desde 2019, ela faz reconhecimento dos documentos, indicando se eles atendem ou não ao

padrão exigido.

O Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** de São Paulo (SINSSP) mostrou preocupação com o alto índice de indeferimentos. Foram 300 mil pedidos negados nos últimos três meses, conforme o sindicato.

No Espírito Santo, o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos no Estado (Sindinapi-ES), Jânio Araújo, defende que os robôs têm negado precipitadamente os pedidos.

"Esse sistema faz apenas um cruzamento automático de dados e - sendo automático - ele faz uma leitura básica do sistema, por isso, tem aumentado o número de indeferimentos. Mais pessoas têm nos procurado para pedir socorro. Muitos vêm com seus pedidos negados para buscar alguma orientação", conta.

Jânio denuncia que o verdadeiro problema do **INSS** está na falta de servidores.

"Eles tentam compensar essa ausência de servidores com essa análise virtual. Mas o programa não conhece a realidade do trabalhador. O **INSS** está com falta de material humano", relata.

Para o advogado previdenciarista João Eugênio Modenesi Filho, o método de concessão não tem funcionado porque o processo previdenciário é cercado por detalhes e especificidades.

"Quando o sistema se depara com a falta de informação, ao invés de buscar* na documentação, ele

opta por indeferir o pedido. Isso aí é um desastre, além de causar um indeferimento indevido, gera uma insegurança jurídica no processo administrativo, que já está fragilizado", explica.

A coordenadora estadual do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Maria Regina Uliana, defende que não vai ser esse robô que vai conseguir reduzir a longa fila de pedidos que aguardam análise no **INSS**.

"A inteligência artificial pode ajudar* em muitos casos, mas existem situações específicas que exigem um profissional humano", afirma.

JÂNIO disse que tecnologia faz cruzamento superficial e aumenta rejeições

Mais de 1 milhão esperam perícia

Mais de um milhão de pessoas aguardam na fila do **INSS** para realizar perícias médicas, conforme publicado na página 18 da edição da última terça-feira de A Tribuna.

De acordo com a reportagem, levantamento do Ministério do Trabalho e Previdência indicam um total de 1.008.112 pessoas com agendamento aguardando para serem avaliadas pelos peritos.

A perícia médica é necessária para a concessão do auxílio-acidente, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e até para o Be-

nefício de Prestação Continuada (BPC). Esses benefícios apenas são liberados mediante a perícia.

A quantidade de procedimentos na fila de espera da perícia médica do **INSS** teve um aumento significativo. Nas últimas semanas, eram 780 mil, mas a situação se agravou com greve iniciada pelos servidores. O movimento já passa de um mês.

Segundo dados da Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), já foram registrados cerca de 320 mil reagendamentos de

perícias médicas do **INSS** desde o início da greve.

A espera para conseguir um atendimento também é longa e está em cerca de 60 dias, segundo informações do governo federal.

Dentre as reivindicações dos médicos estão reposição salarial de 19,9% - o governo oferece reajuste de 5% a todos os servidores -, melhores condições de trabalho, com todos os profissionais fazendo atendimentos presenciais e sem nenhum "fora da agenda de atendimentos" e concurso público.

SAIBA MAIS

Especialistas pedem mais servidores

Inteligência artificial no **INSS**

AINDA NOS ANOS 2000, a autarquia federal começou a fazer uso de inteligência artificial em seus sistemas.

EM MEADOS DE 2008, o instituto começou a fazer uso de meios tecnológicos para identificar o direito à aposentadoria por idade.

NA ÉPOCA, o segurado que atingia a idade mínima recebia uma carta informando que já podia fazer o pedido de aposentadoria.

A CONCESSÃO AUTOMÁTICA começou a ser utilizada em 2018. Na ocasião, falava-se na liberação do benefício em até 30 minutos, caso fossem preenchidos os requisitos.

Mais ações na Justiça

"O OBJETIVO do sistema era agilizar

as análises, mas ele está represando. Está contribuindo para dificultar mais ainda a concessão dos pedidos", defende o presidente do Sindi-napi-ES, Jânio Araújo.

A ADVOGADA previdenciarista Renata Prado acredita que os robôs do

INSS podem acabar tendo efeito oposto do esperado, transferindo parte da fila ao Judiciário.

"PODE SER BENÉFICO para os casos em que os pedidos estão sem nenhum erro, que são a minoria. Isso pode gerar um passivo muito grande de revisões e recursos", avalia.

ESPECIALISTAS defendem que há situações que somente o atendimento de profissionais humanos pode resolver. Por isso, observam que o **INSS** precisa de mais servidores.

"A INTELIGÊNCIA artificial pode ajudar em muitos casos, mas existem situações específicas que exigem um profissional humano", afirma Maria Regina Uliana, do IBDP.

APLICATIVO Meu **INSS**: análises

Fonte: Especialistas e Pesquisa AT.

Gás natural veicular fica 15,35% mais caro em MG

Após os aumentos da gasolina, do etanol, do diesel e do gás de cozinha anunciados pela Petrobras recentemente, os consumidores mineiros vão pagar mais caro também pelo gás natural veicular (GNV). De acordo com **comunicado** da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) ontem, o produto sofrerá reajuste de 15,35%, justificado pela variação de 20,21% do custo médio da aquisição repassada pelos fornecedores no começo deste mês. A empresa alegou que a flutuação das cotas internacionais do petróleo nos últimos meses e a elevada taxa de câmbio contribuíram para a disparada do preço no mercado.

Mesmo com o aumento, a Gasmig alega que o GNV continua sendo mais vantajoso em comparação com outros combustíveis, representando uma economia de mais de 40% em relação a gasolina e de mais de 45% frente ao etanol. No entanto, para fazer a conversão no veículo, o motorista terá que investir entre R\$ 3,5 mil e R\$ 8 mil. A Gasmig também reajustou a tarifa para os segmentos Industrial (11,87%), Cogeração e climatização (15,43%), e Gás natural comprimido/liquefeito (18,33%).

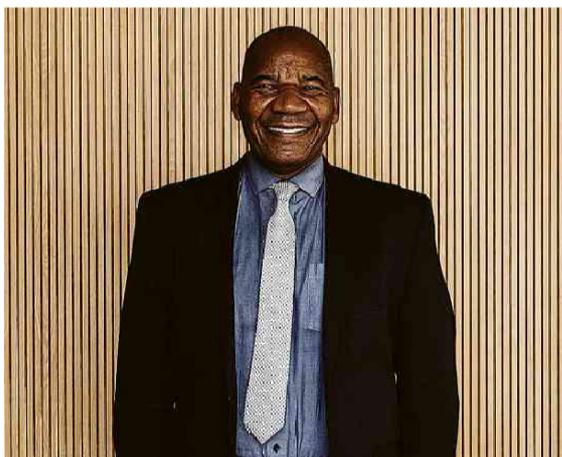
"Vivemos um panorama mundial que não contribui para a redução dos preços dos energéticos. Tivemos uma atividade reduzida devido à pandemia, onde vários setores foram suspensos. Com a retomada das atividades econômicas, houve um crescimento da demanda, o que contribuiu para uma aceleração do preço das commodities. Como o petróleo é uma commodity importante, tivemos aumento tanto dos preços dos combustíveis, quanto do gás natural", assegura a especialista em energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rennaly Sousa.

Segundo ela, o alto preço do gás é um grande obstáculo para a competitividade na indústria: "Temos um mercado que é segmentado, pois temos processo de extração, produção e transporte regulados pelo setor federal, mas contamos com um processo de distribuição e comercialização atualmente feito em sua maioria pelas distribuidoras, que são reguladas em nível estadual. Quando se fala das divergências entre os preços da produção e o da distribuição, colocamos as tarifas, o preço dos energéticos e os **impostos**. Tudo isso deve estar bem claro para que a abertura do mercado seja transparente". Por outro lado, de acordo com a Gasmig as tarifas do gás consumido em residências e comércios seguem congeladas até

fevereiro de 2023, como anunciado pela companhia em março deste ano.

JUSTIÇA No mês passado, a Justiça de Minas Gerais determinou que a Petrobras reduzisse em 40% o valor do gás natural encanado. Segundo o governo de Minas, que protocolou ação por meio da Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG), o reajuste terá que ser aplicado no contrato com a Gasmig (Companhia de Gás de Minas Gerais), com vigência de 2022 a 2025. Pela decisão judicial, a estatal ainda terá que devolver a diferença ao consumidor final, seja pessoa física ou jurídica. A determinação judicial terá de ser cumprida pela Petrobras pelos próximos seis meses. A decisão ocorreu após a AGE questionar o valor do contrato, 100% mais alto do que o firmado para o período de 2020 a 2023, para o fornecimento de gás.

Se 300 empresas fizeram LinkedIn mudar, imagine 3.000 pelas cotas raciais



José Vicente, 61

Reitor e fundador da Universidade Zumbi dos Palmares, criada em 2004 para impulsionar o protagonismo negro. Membro do Conselho Editorial da **Folha**, é integrante da Comissão Arns (Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns) e do Movimento AR. É doutor em educação pela Unimep, mestre em administração pela instituição e mestre em direito pela Escola Paulista de Direito.

Joana Cunha

O posicionamento de dezenas de empresas que assinaram manifesto no mês passado para contestar a decisão do LinkedIn de derrubar um anúncio de emprego voltado a negros e indígenas, pode servir de exemplo para o debate sobre a revisão da Lei de Cotas neste ano, segundo José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares.

Depois da divulgação do caso pela Folha, a rede social recuou e mudou sua política global após ser questionada por diversas entidades e companhias em defesa das ações afirmativas.

"Se a gente demonstrasse para todo o ambiente corporativo como eles têm um papel relevante, seria possível ter uma perspectiva transformadora. Se 300 empresas estão fazendo o LinkedIn mudar, imagine se tivéssemos 3.000 dizendo: "olha, essa agenda é do nosso interesse e precisa sofrer uma transformação"", diz.

Para José Vicente, as empresas privadas têm um papel social que, além de gerar emprego e pagar **impostos**, requer um posicionamento diante da desigualdade racial.

Nos esforços para combater o racismo no ambiente corporativo, o reitor da Zumbi dos Palmares celebra os

primeiros resultados de uma parceria firmada com o Procon no ano passado para receber denúncias e tratar do problema nas relações de consumo.

O trabalho já resulta em uma carta de princípios assinada por entidades do varejo que poderá ter adesão de empresas, que deverão cumprir etapas de formação para receber um selo de lugar seguro contra o racismo.

"Estamos finalizando com uma das grandes redes que deve ser a primeira a sair com essa postura. Penso que, a partir dela, outras devam seguir o exemplo", afirma.

Recentemente, uma parceria entre a Universidade Zumbi dos Palmares e o Procon lançou o Procon Racial. Isso ajuda a mostrar o impacto que o racismo dentro de um estabelecimento comercial pode levar a outras esferas da vida de uma vítima? Uma agressão do tipo "seu cabelo é ruim" é suficiente para produzir um dano interno terrível nas pessoas. Imagine a cena do Assaí. Um senhor de 57 anos foi despedido em um ambiente público sob a pecha de que ele estava furtando [caso aconteceu em agosto de 2021, em Limeira (SP)]. Imagine o impacto que causou para ele, para a esposa, o neto, o filho e todo o seu entorno de amigos? Nunca vai apagar da vida dele. O dano, a vergonha.

Para determinadas pessoas, pode significar suicídio. E a gente não tratou e não estudou isso ao longo do processo. Essa perspectiva psicológica, das patologias que o racismo pode impactar na vida das vítimas, tem outra dimensão importante. Essas vítimas são pessoas medianamente desinformadas. Não sabem que um dano dessa natureza é assegurado por lei como responsabilidade do autor e que pode ser indenizado. Pode entrar na Justiça.

Vocês identificaram que falta essa informação para as pessoas? Precisa ter a informação do direito que as acolhe para que possam exercitá-lo. A ação de injúria racial exige a representação da vítima. Ela tem que concordar para prosseguir, enquanto que o racismo é automático. Mas a pessoa não tem essa informação com precisão. Às vezes, ela deixa de exercer um direito porque não sabe ou porque não pode fazer. E a

outra dimensão é a ignorância.

Muitas das pessoas que cometem o ato racial nem sabiam que essa atitude racista vai produzir um dano que vai produzir uma responsabilização dessa envergadura.

Levando para a dimensão institucional e lembrando o caso João Alberto, em que o Carrefour teve de firmar um termo que custou R\$ 115 milhões à empresa, aquilo serviu de exemplo para outras empresas, receando esse tipo de custo, se esforçassem em prevenir casos do tipo? Não ainda, porque isso não foi deglutido da forma adequada.

É lógico que chamou a atenção, mas não teve o ímpeto de produzir uma atitude e um posicionamento da empresa em relação a isso. Tanto é que depois do Carrefour aconteceram mais casos em shoppings, supermercados, no próprio Assaí, em tantos outros.

Então, a empresa não conseguiu se posicionar da forma que poderia e deveria para dar um salto de qualidade na questão. Talvez pela compreensão de que foi um caso grave, reprovável, mas uma coisa que não é rotina.

No que já resultou o Procon Racial? Resultou na carta de princípios. Um conjunto de empresas se dispôs a sentar-se à mesa e fazer uma carta de princípios. Parece simples, mas é muito difícil você colocar esse setor na mesa e convidá-los ou convocá-los a tomarem uma posição que será definitiva e obrigatória.

São sempre as mesmas empresas que se identificam com o tema ou isso vem se expandindo? No caso, aqui, foi o IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), que reúne as grandes varejistas, a Apas (Associação Paulista de Supermercados) e a Fecomércio, das empresas do comércio. Você até trabalha com as instituições. O duro é chegar na própria empresa.

Mas o dado interessante é que essas três instituições se sentaram à mesa, submeteram isso aos associados e deram aval para continuar adiante. E disso foi possível construir a carta de princípios, o que é internalizado agora como um valor corporativo delas. Com isso, elas estariam dispostas a se posicionarem, publicizarem e exigirem de todo o seu entorno um olhar e uma atitude convergente com aqueles fundamentos.

Estamos agora finalizando com uma das grandes redes que deve ser a primeira a sair com essa postura.

Penso que, a partir dela, outras devam seguir o exemplo. Seria a primeira vez na história, do ponto de

vista das relações de consumo, que teríamos esse grupo de grandes empresas se posicionando de forma cristalina sobre essa questão e mais, convocando e até determinando que o seu ecossistema se junte nestes valores.

E esse caso recente do LinkedIn, que mudou a política depois de tentar derrubar anúncio de vaga de ação afirmativa? Que salto foi dado com essa história? Na lei Afonso Arinos, de 1951, proibiram as empresas de cercear a presença do negro. Mas nessa época, os anúncios de emprego diziam que não aceitavam pessoas negras ou tinham preferência por pessoas brancas. A comunicação dizia de forma clara que o espaço do ambiente corporativo não aceitava negros.

Nós caminhamos até aqui. Mas quando a gente faz o grande movimento para valorizar a diversidade e passa a colocar "aceito negros", aí a empresa diz: "olha, vamos derrubar porque isso é uma manifestação do racismo". A contradição se apresentou.

O LinkedIn justificou isso dizendo que se tratava de uma medida global que estava suportada por um manual de conduta que valorizava os direitos universais. O que faltou para o LinkedIn, e que depois ele reconheceu, é que essa universalidade, não está completa.

Ou seja, é impossível tratar de forma linear as perspectivas que têm especificidades históricas ou políticas atuais. No caso do Brasil, temos uma trajetória histórica de uma desigualdade e uma discriminação racial terrível que cerceia a competição igualitária no ambiente corporativo. De modo que, se você quiser fazer justiça ou ser correto, tem que estimular as ações afirmativas.

Quando ele entendeu isso, resolveu mudar a norma mundial com a relativização para cada ambiente em que atua. Foi legal que eles compreenderam isso, voltaram atrás e, não só a opinião pública, mas sobretudo a opinião pública corporativa se posicionou.

Tem uma mudança aí? Nesse caso do LinkedIn, as empresas se manifestaram individualmente para contestá-lo. Não foi só em nome das associações. Por que isso é tão relevante? Esse é o fruto dessa transformação histórica longuíssima. Uma janela de oportunidade se abriu para essa questão.

Nós só vamos mudar algumas características do nosso país quando aqueles que detêm o poder, sobretudo econômico, se posicionarem a favor desses valores. Para que isso aconteça, esses ambientes precisam ter a convicção de que existe uma obrigação além de gerar emprego e pagar imposto.

Isso é pouco. Tem que fazer mais. Tem que dizer algo sobre as desigualdades que limitam as pessoas e definem a vida e a morte das pessoas. Se você não tiver uma atitude sobre isso, você é cúmplice dessa morte. Foi legal porque, primeiramente, teve empresas que individualmente se posicionaram. E teve empresas que agrupadas se posicionaram. E formadores de opinião, e o Ministério Público Federal, do Trabalho, OAB.

Talvez, o fato novo é que temos a força da opinião pública muito focada e compromissada com essa agenda.

Como isso conversa com o debate da revisão da Lei de Cotas, que é o grande assunto neste ano? Qual é o papel das empresas nesse tema? Nós temos uma janela de oportunidades. Para todos aqueles que almejam um país com menos desigualdade racial, a situação exige que eles se posicionem.

Não existe mudança sem posicionamento. As empresas podem e devem se posicionar. Eu não sei quantas farão, mas posso afirmar que sem elas, talvez, a gente perca um pouco do impacto. Mas com elas a vitória seria consagrada, porque, mais do que cotas, representaria uma mudança de atitude e de postura do país a partir das empresas, que são, afinal de contas, um conjunto de pessoas.

Deve ter umas 200 empresas que estão mais confortáveis e que atuam, fazem, falam. Mas o nosso país tem milhões de empresas. Se a gente demonstrasse para todo o ambiente corporativo como eles têm um papel relevante e como é fácil fazer a mudança, seria possível ter uma perspectiva transformadora.

Se 300 empresas estão fazendo o LinkedIn mudar, imagine se tivéssemos 3.000 dizendo: "olha, essa agenda é do nosso interesse e precisa sofrer uma transformação".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902&anchor=6455399&pd=8394a21b572f68c08e5261df9dfbc12b>

Políticos negligenciam o crescimento econômico (Artigo)

Roberto Macedo, ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Insisto novamente - e vou continuar nesta linha - na minha pregação de que há tempos a economia brasileira enveredou por um caminho que prejudicou muito seu crescimento econômico e que a sociedade precisa cobrar dos políticos um sério e rápido enfrentamento desse problema.

Desde a década de 1980, a economia brasileira, que em meados do século passado foi uma das que mais cresceram mundialmente, passou a taxas de crescimento muito baixas relativamente a seu potencial, ficando para trás diante da maioria dos países.

A década passada teve o pior desempenho médio anual do **PIB** desde a década de 1900. Olhando números do governo Bolsonaro, de 2019 a 2022, segundo cálculos do economista José Roberto Mendonça de Barros, em artigo publicado neste jornal no dia 1.º de maio, o crescimento anual médio será de 0,55%, se o **PIB** crescer 0,5% em 2022, ou de 0,68%, se neste ano avançar 1% - previsões que são referendadas por outros analistas do assunto.

São taxas inferiores à do crescimento populacional, estimada em 0,7% ao ano, o que levaria a uma queda do **PIB** per capita no mesmo governo.

Mas não vejo Jair Bolsonaro tratando deste problema, mais preocupado que está em se reeleger na próxima eleição presidencial e com seguir suas convicções políticas, que, entre outros casos, provocam atritos com o Supremo Tribunal Federal (STF), prestigiando até manifestações contra esse tribunal. Os episódios mais recentes foram o indulto ao deputado federal Daniel Silveira, além de voltar a insistir equivocadamente contra a lisura do processo eleitoral.

Entendo que o maior problema da economia está na política e que foram políticos, salvo exceções cada vez mais excepcionais, que nas últimas quatro décadas se comportaram de forma a contribuir para o mau desempenho econômico do Brasil.

O que leva ao crescimento econômico é, principalmente, a realização de investimentos em

formação bruta de capital fixo (máquinas, equipamentos, infraestrutura e outros), pois geram produção, empregos e renda, com efeitos que se disseminam pela economia além do próprio investimento em si. Nesse contexto, os investimentos públicos se destacaram por sua queda. Tenho à vista um gráfico dos investimentos públicos de 1947 a 2019 produzido pelo Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas. Ele mostra esses investimentos como proporção do **PIB**, e a série começa com valor perto de 3% e sobe até seu pico, próximo de 10%, nos anos 1970, aqueles em que a economia apresentou seu maior avanço desde 1900. Depois, a taxa de investimento público/ **PIB** volta a cair, atingindo um valor um pouco abaixo desses 3% em 2019. Ou seja, esses investimentos perderam quase todo o seu papel na promoção de um maior crescimento econômico.

Visto de outra forma, esse gráfico mostra que as despesas obrigatórias, como salários e previdência, cresceram mais, a ponto de sacrificar os investimentos. Como a carga tributária aumentou e o governo continua se endividando, a economia sofre com esta maior transferência de recursos de empresas e famílias para o governo, que investe muito menos do que essas fontes de **tributos** e empréstimos.

Vejo isso como altamente prejudicial ao crescimento econômico, mas praticamente nada se faz para corrigir o problema.

Ao contrário, no caso federal, tanto o presidente da República como o Congresso se empenham em agravar essa redução dos investimentos públicos.

Para realizá-los, é preciso haver recursos. Um exemplo: segundo matéria do jornal O Globo no dia 3/5, o governo abriu mão de R\$ 40 bilhões em **impostos**, o que, além de prejudicar investimentos, deixa uma conta para o próximo governo, pois o atual vem contando com um aumento de arrecadação provocado, em grande parte, pela maior **inflação**.

E essa renúncia também tem sido causada por interesses eleitorais.

No Congresso, a Câmara é dominada pelo Centrão, que também tem força no Senado, e a preocupação reinante é distribuir recursos para as bases dos

congressistas para colher vantagens eleitorais. E o fazem por meio de absurdas emendas parlamentares, conhecidas como "de relator", arbitrariamente determinando os municípios que as receberão, em proveito de seus autores.

E outra aberração apareceu também no jornal citado.

Trata-se de emendas chamadas de "cheque em branco" ou "pix orçamentário", em que a verba vai diretamente para o caixa das prefeituras, sem a necessidade de um projeto específico.

Segundo a reportagem, emendas desse tipo passaram de R\$ 557 milhões, em 2020, para R\$ 1,87 bilhão, em 2021, e no Orçamento atual estão previstos R\$ 3,28 bilhões com essa "destinação".

Chamar isso de investimento público pode até valer do ponto de vista contábil, se for apurado esse uso da verba.

Mas as emendas em geral são recursos pulverizados seguindo o interesse de parlamentares e fogem à ética do bem comum, que deveria orientar os investimentos públicos.

Ou seja, além da mudez quanto ao crescimento econômico, os parlamentares se engajam em práticas que o prejudicam.

Roberto Macedo, ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"É factível que a inflação só volte para a meta em 2024"

BETO NOCITI/BANCO CENTRAL DO BRASIL



Mendes: 'Ciclo de altas pode terminar com a Selic em 14%'

MÁRCIA DE CHIARA

O economista Aldo Mendes, ex-diretor do Banco Central (BC), vê um cenário complicado para a **inflação** brasileira neste ano, que, na sua avaliação, poderá beirar 10%. Fatores externos incontornáveis, a reativação de mecanismos de indexação e as expectativas domésticas deterioradas por conta do quadro eleitoral e da própria atividade são fatores que devem continuar pressionando os preços. Mesmo com o forte aperto na taxa básica de juros, a Selic, que deve chegar a 14% ao final do ciclo de alta, Mendes acredita que será factível trazer a **inflação** para a meta (3%) apenas em 2024. A seguir os principais trechos da entrevista.

Como o senhor vê a **inflação** brasileira hoje?

Não se trata de um processo simples, mas intrincado. Tem um componente importado, por conta da guerra (entre Rússia e Ucrânia) e da desarticulação da oferta em virtude da pandemia. Há um componente inercial de indexação ou da memória inflacionária, muito característico do Brasil. E um componente de expectativas internas por um conjunto de fatores, seja de política ou de expectativa econômica, que faz com que alguns agentes comecem a fazer remarcações preventivas (de preço).

Por quê?

Hoje temos um único instrumento que está sendo utilizado para lidar com esse quadro, que é o aumento de juros, que é a política monetária executada pelo Banco Central.

Ele está sozinho nessa cruzada. O governo está muito envolvido na campanha eleitoral, e o Orçamento está sendo usado. O pior é que há uma falsa ilusão monetária pelo lado da receita do governo, onde a **inflação** está fazendo com que se arrecade mais.

Como assim?

Os preços aumentam, e muitos **impostos** são baseados em preços das mercadorias. Isso, no curto prazo, aumenta a arrecadação. Essa ilusão monetária pelo lado da receita virou quase uma licença para gastar, e está se gastando com uma cabeça eleitoreira.

Qual é a sua expectativa de **inflação** para este ano?

Acima de 8%, perigando chegar a 10%. Corremos esse risco porque temos um componente estrangeiro (na **inflação**) que não controlamos, um componente fiscal que está solto e flutuando em torno da uma questão eleitoral.

Também tem o componente da realimentação dos preços.

Até onde o BC deve subir os juros para conter a **inflação**?

Olhando os núcleos, (da **inflação**) vemos que a alta de preços é razoavelmente generalizada.

Corremos o risco de terminar esse ciclo de alta de juros com a Selic perto de 14%.

Quando a **inflação** voltará para a meta?

Esse é o segundo grande desafio do BC: tentar trazer as expectativas de volta para a meta.

Em 2022, a gente está fora e, em 2023, estamos correndo um sério risco.

É factível voltar para a meta em 2023?

Acho mais factível trazer a **inflação** para a meta em 2024, mas é preciso começar esse trabalho em 2023. O trabalho tem de ser muito forte no sentido de reordenar as expectativas. Isso vai depender muito do tom do novo governo que teremos a partir do ano que vem. Seja lá quem for eleito, ele tem de dar, logo no começo, uma mensagem muito clara que pretende readequar a questão das finanças públicas, retomar o controle sobre o orçamento, que hoje, em grande parte, está na mão do Legislativo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A lição espanhola (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

Em abril de 2021, a Espanha decidiu constituir uma comissão formada por especialistas, recrutados no governo e fora dele, para produzir um diagnóstico do seu sistema tributário e, a partir daí, elaborar propostas visando a melhorar sua eficiência e ajustá-lo às novas exigências da fiscalidade ambiental e da economia digital.

Em fevereiro passado, a comissão apresentou, para debates, o Libro Blanco sobre la Reforma Tributaria, um consistente documento de 788 páginas.

A Espanha fez a opção correta.

Qualquer reforma deve ser precedida por um diagnóstico que especifique o problema e aponte, de forma transparente, soluções acompanhadas de suas repercussões.

Caso contrário, é um mero pacote autoritário, que não raro embute interesses pouco virtuosos.

O caminho espanhol não é inédito. Na década de 1960, foi instituída, no Brasil, a Comissão Especial da **Reforma Tributária**, integrada por qualificados especialistas, cujos trabalhos resultaram na Emenda Constitucional n.º 18, de 1965, nossa mais arrojada reforma da tributação do consumo.

Ninguém tem dúvidas quanto à existência de inúmeros problemas no sistema tributário brasileiro. É preciso, todavia, examiná-los com profundidade e imparcialidade.

A instituição de uma comissão, hoje, poderia ser um bom começo. Alguns critérios para orientar os trabalhos também ajudariam: só reformar o que for essencial, considerados os benefícios e os custos da mudança; buscar a verdadeira modernidade, que inclui a fiscalidade ambiental, a economia digital, o uso parcimonioso da **extrafiscalidade**, o novo financiamento da **previdência social**; e coibir o planejamento tributário abusivo, que erode as bases tributárias e gera desequilíbrios concorrenciais.

A temática, todavia, não deveria ficar limitada à reforma dos **tributos**, em sentido estrito, mas conferir atenção a questões sempre ignoradas: o burocratismo tributário, insistentemente alegado como pretexto de proposições e jamais enfrentado; o federalismo fiscal,

colcha de retalhos que abriga inconsistentes critérios de partilhas de renda e suspeitosas transferências voluntárias, e desconhece a especificação das competências dos entes federativos e os arranjos de cooperação entre eles; e o processualismo patológico, principal fonte do assombroso volume de litígios e da insegurança jurídica.

Como ensinava Mário Henrique Simonsen, integrante da comissão de reforma: "Se for bem enunciado, o problema mais difícil do mundo será resolvido.

Mal enunciado, o problema mais fácil do mundo jamais será resolvido".

A instituição de uma comissão para examinar o sistema tributário brasileiro seria um bom começo

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta de juros nos EUA e no Brasil afeta bolsa e dólar

Numa tentativa de frear a **inflação** - a maior em 40 anos nos Estados Unidos -, o Fed, Banco Central americano, elevou a taxa de juros em 0,50 ponto percentual e descartou aumento de 0,75, como esperava o mercado. Resultado: a cotação do dólar, que subia, desabou 1,21% no Brasil, encerrando o dia a R\$ 4,90. A bolsa, que caía, fechou em alta de 1,7%. No Brasil, o BC aumentou a Selic de 11,75% para 12,75% ao ano, maior patamar desde 2017. PÁGINA 7

Juros vão a 12,75%, e BC indica nova alta

rosana hessel

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros (Selic) de 11,75% para 12,75% - o maior patamar desde abril de 2017 -, em linha com a expectativa do mercado financeiro, mas na contramão do esperado pelo setor produtivo.

Foi a 10ª alta consecutiva da Selic. Para especialistas, a decisão mostrou que o BC continua preocupado com a **inflação**, que não dá trégua não apenas no Brasil. Entre os países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média do custo de vida acelerou 8,8%, no acumulado em 12 meses até março, a maior variação desde outubro de 1988.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou a alta dos juros como "excessiva e equivocada", porque poderá comprometer a atividade e travar o crescimento neste ano. Apesar da melhora nas previsões para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, com a possibilidade de queda fora do radar, um cenário de recessão não está descartado para 2023, de acordo com Marco Caruso, economista-chefe do Banco Original.

Em nota, o Copom sinalizou que, diante das incertezas do cenário econômico, deve promover nova alta da Selic, embora menor, em junho. "Para a próxima reunião, o Comitê antevê como provável uma extensão do ciclo com um ajuste de menor magnitude", diz o **comunicado**. O colegiado enfatizou, ainda, que "os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar a convergência da **inflação** para as metas".

Ou seja, o Copom deixou a porta aberta para novas altas dos juros, ao contrário da sinalização feita recentemente pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, de que o ciclo do aperto monetário terminaria com a Selic em 12,75%.

Analistas avaliam como muito otimistas as projeções do BC, pois há estimativas, como a do BNP Paribas, que indicam o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrando o ano em 10% - o dobro do teto da meta, de 5%. O BNP e o Credit Suisse mantiveram as perspectivas de que a Selic poderá chegar a 14% neste ano, se o BC realmente quiser colocar a **inflação** dentro das metas.

"O **comunicado** foi muito mais direto. Sinalizou nova alta na próxima reunião, mas deixou as portas abertas para o BC avaliar as estratégias", comentou Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV. Ele prevê alta de 0,75 ponto percentual em junho, mas não descarta novos reajustes. "A situação da **inflação** no Brasil e no mundo é desesperadora. O BC fez o certo ao não se comprometer com nenhum nível para os juros."

Maior do mundo

Com a nova taxa Selic, o Brasil passou a liderar o ranking global de juros reais - descontada a **inflação** -, conforme levantamento da Infinity Asset Management com base nas projeções para o custo de vida nos próximos 12 meses. Os juros reais brasileiros foram para 6,69% ao ano, desbancando a Rússia, que liderava a listagem de março.

Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), lamentou a decisão do BC. Para ele, o Copom agiu de forma diferente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), que elevou, ontem, os juros básicos do país em 0,50 ponto percentual, mas descartou acelerar a alta para 0,75 ponto na próxima reunião. "O Fed foi prudente e se mostrou preocupado com a atividade. A **inflação** aqui não é de demanda, mas de oferta", disse.

Para Marco Caruso, do Banco Original, "as perspectivas de **inflação** no Brasil só pioram", tendo em vista a política fiscal expansionista do governo em ano eleitoral. "O cenário para as contas públicas é preocupante, porque a **inflação** está mascarando a realidade", disse.

Conforme dados do Banco Central, em fevereiro, a conta de juros do setor público somou R\$ 422,5 bilhões. A cada ponto percentual a mais na Selic, a dívida pública bruta aumenta em R\$ 33,4 bilhões. Considerando os 10,75 pontos percentuais a mais da Selic desde março de 2021, quando os juros estavam no piso histórico de 2% ao ano, a dívida pública bruta já cresceu, pelo menos, R\$ 395 bilhões - volume suficiente para pagar pouco mais de 11 Bolsas Famílias.

Fed derruba o dólar

A perspectiva de que o processo de ajuste da política

monetária dos Estados Unidos não será tão intenso e rápido como se esperava, após declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, ontem à tarde, levou a uma rodada de enfraquecimento global do dólar. No Brasil, a moeda fechou em queda de 1,21%, cotada a R\$ 4,90.

Como esperado, o BC norte-americano subiu a taxa básica em 0,50 ponto percentual. Em entrevista, porém, Powell descartou a possibilidade de acelerar o passo de alta de juros em junho, ao dizer que "0,75 ponto percentual não é algo que o comitê está ativamente considerando".

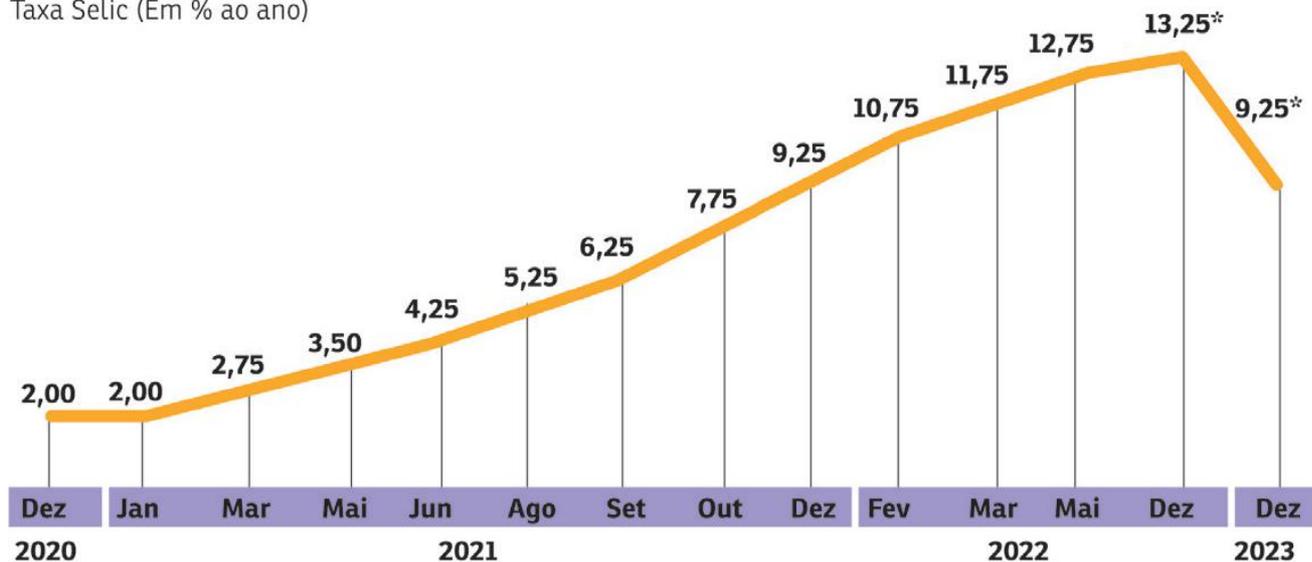
A fala de Powell também retirou pressão das bolsas globais e abriu espaço para o Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) subir 1,7%, marcando 108.344 pontos no fechamento.

Arrocho

Banco Central eleva a taxa básica de juros (Selic) de 11,75%, para 12,75% ao ano, maior patamar desde abril de 2017

EVOLUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS

Taxa Selic (Em % ao ano)

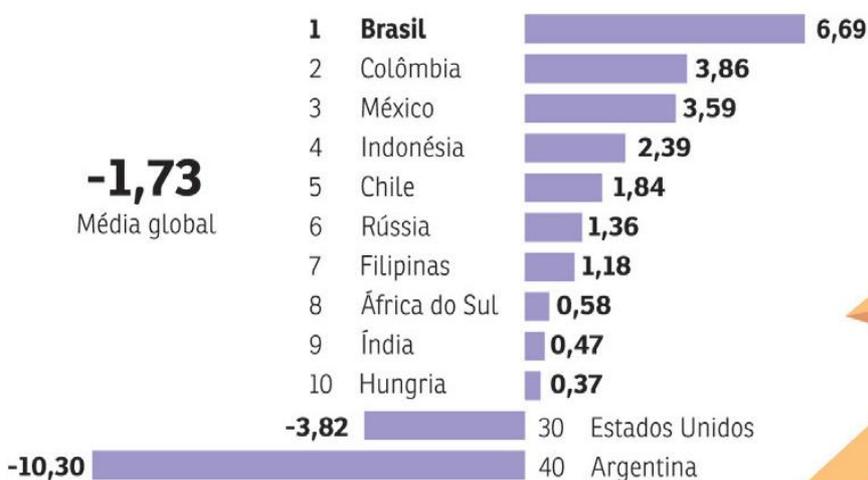


*Mediana das projeções do mercado

RANKING GLOBAL

Brasil lidera lista das maiores taxa de juros reais (descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses)

Taxa de juros reais (% ao ano)



Fontes: Banco Central e Infinity Asset Management



A economia pede socorro (Editorial)

Correio Braziliense

O descontrole da **inflação**, que chega a 12% no acumulado de 12 meses, está impondo um custo altíssimo à população. A situação é tão dramática, que o Banco Central foi obrigado a descumprir a promessa de encerrar ontem o ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic). No **comunicado** em que anunciou o novo arrocho, com os juros passando de 11,75% para 12,75% ao ano, o nível mais elevado desde janeiro de 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) avisou que o movimento de alta continuará, ainda que em magnitude menor. A perspectiva é de que a Selic chegue a 13,25% anuais.

O BC deixou claro que não restou outra alternativa a não ser pesar a mão sobre os juros. No entender dos diretores da instituição, tudo piorou, tanto no país quanto no mercado internacional. Portanto, ou se promove um aperto ainda maior na taxa Selic, ou a **inflação** não voltará aos eixos tão cedo. Disse a autoridade monetária, com todo o seu tecnicismo: "A **inflação** ao consumidor seguiu surpreendendo negativamente. Essa surpresa ocorreu tanto nos componentes mais voláteis como nos itens associados à **inflação** subjacente".

A autoridade monetária ainda acrescentou: "O ambiente externo seguiu se deteriorando. As pressões inflacionárias decorrentes da pandemia se intensificaram com problemas de oferta advindos da nova onda de covid-19 na China e da guerra na Ucrânia. A reprecificação da política monetária nos países avançados ? nos Estados Unidos, os juros subiram 0,5 ponto percentual ? eleva a incerteza e gera volatilidade adicional, particularmente nos países emergentes (como o Brasil). Em resumo, o Copom reconheceu que o terreno é perigosíssimo e, de novo, quem pagará a conta serão os mais pobres, que não têm como se proteger dos aumentos de preços.

Nada garante, porém, que o Banco Central terá sucesso na sua empreitada, diante da falta de empenho de outras alas do governo, que insistem em jogar contra o controle da **inflação**, como na área fiscal e na seara política, que se tornou um manancial de crises. Hoje, não se tem previsibilidade no Brasil, o que dificulta a retomada da economia e mantém o desemprego em níveis elevadíssimos. Esse ambiente hostil também dificulta o acesso ao crédito, uma alavanca importantíssima para o consumo e para os investimentos produtivos, e torna mais difícil a situação dos endividados.

Não é só. Juros mais altos agravam a frágil situação do caixa do Tesouro Nacional, que gastou quase R\$ 450 bilhões nos últimos 12 meses com a dívida pública. Essa montanha de dinheiro é suficiente para bancar quase cinco anos do Auxílio Emergencial, o programa social que substituiu o Bolsa Família. Ao transferir esses recursos para aqueles que têm patrimônio aplicado em títulos públicos, o governo agrava as desigualdades sociais. Ou seja, **inflação** é um veneno. Por todos os lados que se olha, as consequências são perversas.

Chama a atenção, no meio desse quadro assustador, o fato de as questões econômicas não estarem no centro do debate dos pré-candidatos à Presidência da República. Para o governo, é um ótimo negócio, pois tira o foco do que realmente é importante, mas, para a sociedade, é um atraso, uma vez que a cobrança por ações concretas pelo controle de preços perde força. Os próximos meses serão cruciais para o BC mostrar que o maior arrocho da história do país desde a edição do regime de metas de **inflação**, em 1999, dará resultados. Por enquanto, é só frustração. A instituição esperava que o custo de vida começasse a ceder a partir de abril. Agora, na melhor das hipóteses, isso só acontecerá de agosto em diante, véspera das eleições. Tomara que os eleitores não se iludam com esse movimento na hora de depositar os votos nas urnas.

Mais pessimistas, Brasil e EUA esticam escaladas de juros

Pessimistas com as pressões do cenário global sobre a economia e a **inflação**, os bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos anunciaram ontem mais uma alta em suas respectivas taxas básicas de juros, estendendo um ciclo iniciado em março de 2021, no caso brasileiro, e há dois meses no americano.

Em Brasília o Copom elevou a Selic em 1 ponto, para 12,75% ao ano, maior patamar desde 2017, e prevê mais aumentos.

Em **comunicado**, o comitê citou a incerteza da conjuntura internacional e a **inflação** acima do esperado -o IPCA, que mede os preços ao consumidor, acumula alta de 12,03% em 12 meses.

Nas últimas dez reuniões, o órgão elevou a taxa em 10,75 pontos, o ciclo mais longo de aumentos desde que o sistema de metas inflacionárias foi criado, em 1999, e a taxa básica saltou de 25% para 45% ao ano.

O prolongamento da Guerra da Ucrânia, que onera os preços de combustíveis e alimentos, e o temor de novas quarentenas na China com a Covid também afetaram as expectativas nos EUA, onde a **inflação** é a maior em 40 anos. A alta de 0,5 ponto na taxa, que flutua entre 0,75% e 1%, é inédita no século. Mercado A17 e A19

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

02

A seguir: ditadura com Bolsonaro - RUY CASTRO

RUY CASTRO

Há dois anos, quando comecei a dizer aqui que a cooptação por Jair Bolsonaro de militares, policiais e civis armados era a preparação para um golpe em caso de derrota na eleição, ouvi que estava vendo fantasmas debaixo da cama. No passado, essa imagem se aplicava aos comunistas, que, solertes, esperavam a hora de se pôr de pé, acender a luz e render os inocentes de pijama e camisola. Passaram-se 60 anos. Os comunistas seguem debaixo da cama, de onde nunca saíram, e quem hoje prepara o golpe -o autogolpe, como o definiu, com descaro, um general- é quem já está no poder.

É um golpe preparado às claras, com direito a ser pregado em carreatas, motocicletas, cavalarias e outras atas bancadas com dinheiro público, sob a indiferença de instituições também pagas para coibi-las. E é tão ostensivo que, desde há algumas semanas, passou a ser abertamente denunciado pelos jornais e demais veículos de opinião, e nem assim os suspeitos de tramá-lo se dão à pachorra de desmenti-lo. É como se já o déssemos de barato - algo previsto para acontecer entre a eleição e o Dia de Finados.

Os golpes são dados para manter ou derrubar o status quo. O golpe que se anuncia pertence à primeira categoria. Significa que seus adeptos militares e civis estão contentes com o Brasil de Bolsonaro. Para eles, não há alta corrupção, destruição do meio ambiente, estupro e assassinato de indígenas, dissolução das instituições e afronta à autoridade por mandriões bombados açulados pelo mandrião mor.

É normal que nada disso diga respeito aos empresários. Mas eles parecem não se alterar também pelo desemprego, **inflação**, miséria, asco administrativo e estagnação da economia. A Bolsa não acaba de perder R\$ 7,7 bi de investimento estrangeiro e o Brasil não continua fora do G7 nem cada vez mais esnobado pela comunidade internacional.

A solução? Ditadura com Bolsonaro -é o que nos prometem a seguir.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902>

BC eleva juros para 12,75% ao ano e indica que ciclo de alta vai continuar



Servidores do BC durante manifestação em frente da sede da autoridade monetária durante o Copom; em greve, categoria quer reajuste e reestruturação da carreira Pedro Ladeira/Folhapress

Nathalia Garcia

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou nesta quarta (4) a taxa básica de juros (Selic) novamente em um ponto percentual, passando de 11,75% para 12,75% ao ano, confirmando as expectativas do mercado. O colegiado também indicou que o ciclo de aperto monetário deve continuar "avançando significativamente em território ainda mais contracionista".

Sobre seus próximos passos, o BC antecipou que prevê uma nova alta, de menor magnitude, no encontro de junho.

Com a alta, a Selic atingiu agora o maior patamar desde 22 de fevereiro de 2017, quando a taxa de juros estava em 13% ao ano, ainda no governo de Michel **Temer** (MDB). Foi a décima elevação consecutiva da Selic, que acumula alta de 10,75% desde março de 2021, o que faz desse ciclo de aperto o mais forte desde a criação do sistema de metas para **inflação**, em 1999, quando a taxa foi de 25% para 45% ao ano.

"O Comitê nota que a elevada incerteza da atual conjuntura, além do estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos ainda por serem observados, demanda cautela adicional em sua atuação", disse no **comunicado** da decisão.

"O Comitê entende que essa decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a **inflação** prospectiva e é compatível com a convergência da **inflação** para as metas ao longo do

horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2023", disse.

A decisão do Copom veio em linha com a projeção unânime do mercado. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que todos os analistas consultados esperavam alta de um ponto na tentativa de frear a **inflação**.

Desde o encontro anterior do colegiado, em março, houve uma significativa piora no ambiente inflacionário global com os choques nos preços dos combustíveis e dos alimentos decorrentes da Guerra na Ucrânia.

Os temores de novas medidas restritivas na China devido ao avanço da Covid-19 e do potencial impacto nas cadeias produtivas globais também entraram no radar, bem como o aumento dos juros pelo Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) e a recente disparada do dólar, que voltou a operar acima de R\$ 5.

No ambiente externo, na avaliação do BC, o cenário seguiu se deteriorando. Na análise, pontuou que as pressões inflacionárias decorrentes da pandemia se intensificaram com problemas de oferta advindos da onda de Covid na China e da Guerra da Ucrânia.

"A reprecificação da política monetária nos países avançados eleva a incerteza e gera volatilidade adicional, particularmente nos países emergentes." O colegiado disse também que a **inflação** ao consumidor seguiu surpreendendo negativamente tanto nos componentes mais voláteis como nos itens associados à **inflação** subjacente.

"As diversas medidas de **inflação** subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a **inflação**." Em março, o IPCA subiu 1,62% e chegou a 11,3 0% em 12 meses. Na semana passada, o IBGE informou que o IPCA-15 subiu 1,73% em abril -a maior variação para o mês em 27 anos- e alcançou 12,03%.

Internamente, o BC também passou por um período turbulento, com a mobilização dos servidores por reajuste salarial e reestruturação de carreira. A primeira etapa da greve, que durou de 1º a 19 de abril, provocou uma série de atrasos na rotina da autoridade monetária, especialmente na divulgação de

indicadores financeiros, como o boletim Focus.

Mas a suspensão da greve por duas semanas, antes da retomada na terça (3), permitiu ao mercado tomar conhecimento da evolução das expectativas antes da reunião do Copom.

Segundo a pesquisa Focus divulgada na segunda-feira (2), a mediana das projeções dos economistas para o IPCA subiu de 7,65% para 7,89% em 2022. Para 2023, a estimativa também aumentou, passando de 4% para 4,10%.

A expectativa do mercado coloca a **inflação** cada vez mais distante do objetivo perseguido pelo BC, que é de 3,50% para este ano e 3,25% para o próximo, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Se as projeções para 2022 se confirmarem, será o segundo ano de estouro consecutivo da meta, que é estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Em 2021, o IPCA somou 10,06%.

No cenário de referência do Copom, as projeções de **inflação** situam-se em 7,3% para 2022 e 3,4% para 2023. Já as projeções para a **inflação** de preços administrados são de 6,4% para este ano e 5,7% para o próximo.

Na análise, o BC optou por manter a premissa de que o preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura de mercado até o fim deste ano, terminando 2022 em US\$ 100/barril e passando a aumentar 2% ao ano a partir de janeiro de 2023.

"O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", afirmou. Na avaliação do BC, permanecem fatores de risco para a **inflação** em ambas as direções.

Entre os riscos de alta, destacou "uma maior persistência das pressões inflacionárias globais e a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país, parcialmente incorporada nas expectativas de **inflação** e nos preços de ativos".

Já entre os riscos de baixa, ressaltou "uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das commodities internacionais em moeda local, uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada".

Rafaela Vitória, economista-chefe do Ínter, diz que o BC ajustou sua comunicação, antecipando provável extensão do ciclo com uma alta em junho, em linha com a expectativa majoritária de mercado.

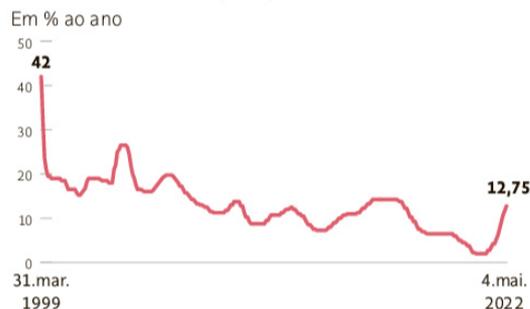
"Apesar de acharmos que poderia encerrar o ciclo neste momento, uma provável alta de 0,5 ponto percentual em junho tem impacto residual, uma vez que a taxa já está em território bastante contracionista." Segundo ela, o **comunicado** do BC trouxe mais cautela, além da consideração de que ainda há muita incerteza no cenário. "A preocupação principal ainda é com as surpresas inflacionárias recentes e como tem afetado as expectativas, que ainda não estão ancoradas, pelo menos não para 2023", disse.

"O **comunicado** ainda cita o risco fiscal, apesar dos recentes superávits, mas vale o alerta para as discussões políticas atuais que poderiam alterar essa trajetória no próximo ano, como renúncias fiscais e novos gastos", continuou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902&anchor=6455399&pd=8394a21b572f68c08e5261df9dfbc12b>

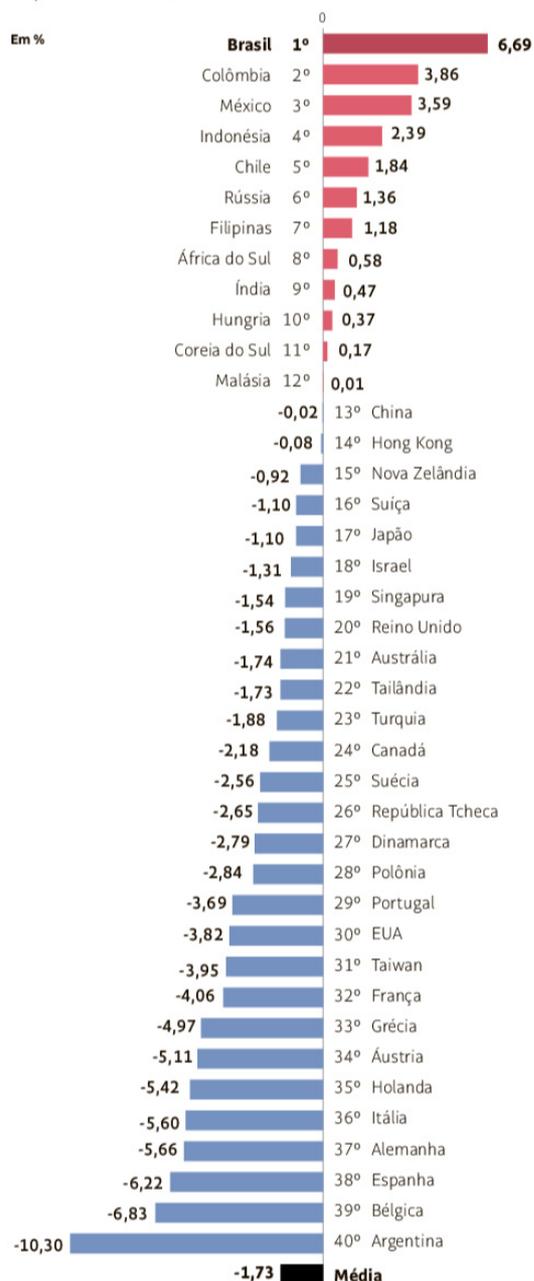
Taxa básica de juros (Selic)



Fontes: Bloomberg e Banco Central

Brasil tem maior juro real entre 40 economias

Taxas de juros atuais, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses



Fontes: MoneyYou e Infinity Asset Management

Investimento em renda fixa ganha mais apelo com nova alta da Selic

Lucas Bombana

O aumento da taxa básica de juros, a Selic, para 12,75% ao ano, eleva ainda mais a atratividade de títulos de renda fixa, em especial daqueles pós-fixados, que passam a oferecer um rendimento maior a cada alta da Selic.

Embora ativos de maior risco como as ações na Bolsa de Valores tendam a permanecer sob intensa volatilidade com os juros mais altos não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos, especialistas apontam a importância de manter alguma diversificação da carteira.

O aumento contínuo dos juros é a estratégia do BC para combater uma **inflação** que custa a dar sinais de trégua. O IPCA-15, **prévia da inflação** oficial do país, teve alta de 1,73% em abril, o maior percentual para o mês desde 1995.

No **comunicado** divulgado junto à decisão, a autoridade monetária sinalizou a continuidade do ciclo de alta dos juros, mas em uma intensidade menor. "Para a próxima reunião, o Comitê antevê como provável uma extensão do ciclo com um ajuste de menor magnitude", diz o Copom.

Desde que o BC iniciou o processo de aperto nas condições monetárias, com a Selic saindo da mínima histórica de 2% em março de 2021 para os atuais 12,75%, a classe da renda fixa tem atraído um interesse cada vez maior por parte de investidores em busca de ganhos polpudos e risco baixo.

Levantamento do buscador de investimentos Yubb mostra que, entre as principais aplicações da classe de renda fixa, as debêntures incentivadas lideram em termos de retorno esperado com a nova alta da Selic. Esses títulos emitidos por empresas do setor de infraestrutura e isentos de IR (Imposto de Renda) de vem entregar um retorno médio acumulado em 12 meses de 6,05%, já descontada a **inflação** de 7,89% estimada pelo mais recente boletim Focus.

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA), que também contam com a isenção fiscal, devem apresentar rentabilidade média acima de 4% pelos cálculos da plataforma.

Já a poupança, que mantém o rendimento bruto estável em 6,17% com a nova alta dos juros, entrega ao aplicador um rendimento real negativo de 1,59%, descontada a **inflação**. A aplicação também não tem incidência do IR.

A alta da Selic torna os títulos de renda fixa mais atraentes, ao mesmo tempo em que ações e outros ativos de maior risco perdem parte do apelo junto aos investidores, diz Bernardo Pascowitch, fundador do Yubb.

"É importante que os investidores tenham um horizonte de longo prazo para os seus investimentos e busquem a diversificação", afirma Pascowitch, que diz ainda que os títulos de renda fixa tendem a apresentar uma rentabilidade mais atraente no curto prazo, enquanto os ativos de renda variável, como ações e fundos imobiliários, tendem a remunerar no longo prazo.

Segundo Marília Fontes, sócia-fundadora da empresa de análise de investimentos Nord Research, com a alta da Selic nesta quarta, e com um novo aumento já esperado para a reunião do Copom de junho, os títulos pós-fixados acabam sendo os mais beneficiados dentro da renda fixa.

Esses papéis, como o próprio nome já indica, acompanham o rendimento que é pago pela taxa Selic. Portanto, conforme a taxa sobe, automaticamente os títulos pós-fixados também aumentam o retorno oferecido aos aplicadores, explica ela.

"Minha maior preferência neste momento recai sobre os pós-fixados, até porque, se continuarmos sendo surpreendidos com dados altos de **inflação**, esses títulos vão render mais", diz Marília.

Entre as principais opções para o investidor se expor aos papéis pós-fixados no mercado, a especialista aponta os títulos Tesouro Selic, negociados pela plataforma online Tesouro Direto, com liquidez diária e aportes a partir de pouco mais de R\$ 100,00.

Fundos de investimento do tipo DI de bancos e gestoras e CDBs emitidos por grandes instituições que paguem 100% do CDI, ou até um pouco mais do que isso, também são citados entre as opções.

Já no caso dos títulos prefixados ou daqueles indexados à **inflação**, que também podem ser acessados por meio do Tesouro Direto, a sócia da Nord lembra que o aumento dos juros pelo BC provoca um efeito negativo no patrimônio alocado nesses papéis conhecido como marcação a mercado.

Marília recomenda que se faça aportes em títulos prefixados ou indexados à **inflação** apenas de curto prazo, com um ano de prazo no máximo, para serem carregados até o vencimento.

Superintendente-executiva de investimentos do Santander, Luciane Effting endossa a avaliação quanto às oportunidades oferecidas neste momento pelos rendimentos crescentes dos títulos pós-fixados.

O banco projeta uma taxa Selic de 13,25% ao final do ciclo de aperto monetário, com uma **inflação** medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 7,9% no acumulado do ano.

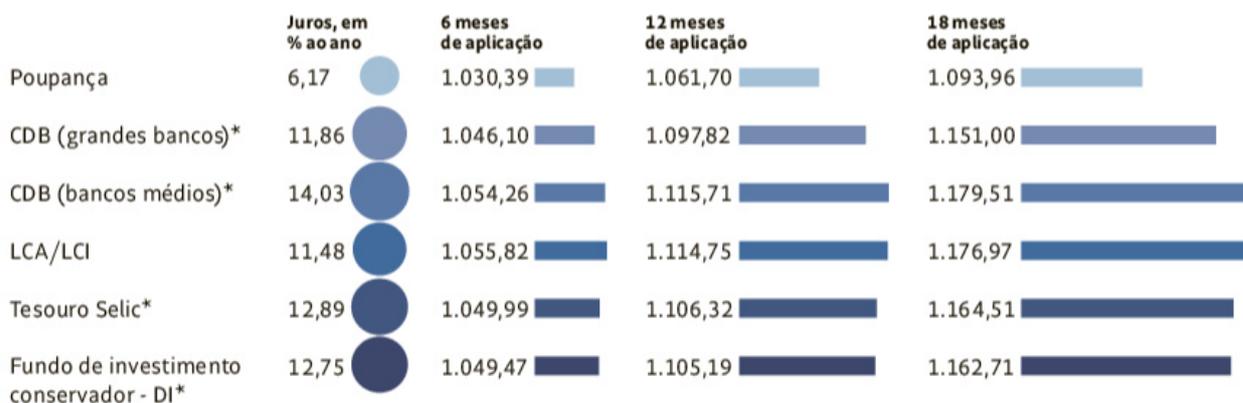
Ela ressalta, no entanto, que mesmo em um cenário de rendimentos cada vez maiores na renda fixa de baixo risco, a diversificação do portfólio não deve ser deixada de lado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902&anchor=6455399&pd=8394a21b572f68c08e5261df9dfbc12b>

Quanto rendem R\$ 1.000 com a Selic a 12,75% ao ano

Os valores mostram o resultado líquido após o desconto do Imposto de Renda (se houver), sem considerar a inflação, em R\$*



*Rendimentos com incidência de IR. As alíquotas variam conforme o período da aplicação, sendo de 15% (36 meses), 17,5% (12 e 18 meses) e 20% (6 meses) | Fonte: Anefac

Expectativa de retorno dos investimentos com nova alta da Selic

Rendimento em 12 meses com uma Selic de 12,75% ao ano, em %

Investimento	Bruto	Com desconto do IR	Após IR e inflação
Poupança	6,17	6,17	-1,59
Tesouro Selic	12,65	10,12	2,07
CDB banco médio	14,55	11,64	3,47
CDB banco grande	9,49	7,59	-0,28
LC	15,18	12,14	3,94
LCA*	12,4	12,4	4,18
LCI*	12,78	12,78	4,53
RDB	14,67	11,74	3,57
Debênture incentivada*	14,42	14,42	6,05

*Investimentos isentos de Imposto de Renda

IR de 20% para aplicações com vencimento de 181 a 360 dias. Inflação anual de 7,89% prevista pelo boletim Focus de 2 de maio

Fonte: Yubb

EUA elevam juros em 0,5 ponto percentual, maior alta desde 2000



O presidente do Fed, Jerome Powell, após anúncio de alta dos juros Win McNamee/Getty Images/AFP

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) aumentou as taxas de juros em 0,5 ponto percentual e anunciou um plano para reduzir suas enormes participações em títulos, medidas decisivas destinadas a conter a maior **inflação** em 40 anos.

A decisão desta quarta-feira (4) marcou o maior aumento da taxa de juros do Fed desde 2000 e, ao encolher simultaneamente seu balanço patrimonial de US\$9 trilhões, o Fed está reduzindo rapidamente sua política de estímulos. Juntas, as ações devem repercutir nos mercados e na economia, ao tomarem o crédito mais caro.

O rápido recuo da ajuda monetária é sinal de que o banco central leva a sério o resfriamento da economia e do mercado de trabalho, à medida que a **inflação** persiste e as autoridades temem que ela possa se tornar permanente. Os preços estão subindo no ritmo mais rápido em 40 anos há meses.

Os índices acionários das Bolsas americanas, que iniciaram esta quarta (4) no campo negativo, passaram a registrar ganhos expressivos após a decisão da autoridade monetária americana vir em linha com as expectativa dos agentes de mercado.

Nos EUA, o S P 500 avançou 2,99% e o Dow Jones teve ganhos de 2,81%, enquanto o Nasdaq, onde se concentram as empresas de tecnologia, valorizou 3,19%. O avanço de quase 3% do S P 500 foi o maior desde 18 de maio de 2020.

No Brasil, o Ibovespa também foi atingido pela onda

de otimismo dos mercados e igualmente reverteu a tendência de queda observada no início da sessão. O índice terminou o pregão com ganhos de 1,70%, aos 108.343 pontos.

O dólar também reverteu a tendência no meio da tarde e passou a registrar desvalorização, na esteira da decisão do Fed. Adivisa norte-americana fechou o dia em queda de 1,22%, cotada a R\$ 4,9030.

Os formuladores de políticas passaram grande parte de 2021 esperando que a **inflação** diminuísse por conta própria, à medida que a escassez de oferta se moderava e a economia se equilibrava após as interrupções iniciais da pandemia. Mas a normalidade ainda não voltou e a **inflação** apenas acelerou.

Agora, novos bloqueios por causa da pandemia na China e a Guerra da Ucrânia estão elevando ainda mais os preços de bens, alimentos e combustíveis. Ao mesmo tempo, há pouca oferta de mão de obra e os salários estão subindo rapidamente nos Estados Unidos, alimentando os preços mais altos dos serviços, pois a demanda do consumidor continua forte.

Os "bloqueios na China provavelmente vão exacerbar as disrupções na cadeia de suprimentos", e a invasão da Ucrânia "e eventos relacionados estão criando uma pressão ascendente adicional sobre a **inflação** e provavelmente pesarão sobre a atividade econômica", disse em **comunicado** do Comitê Federal de Mercado Aberto de maio. "O comitê está muito atento aos riscos de **inflação**." O Fed reiterou que "a **inflação** permanece elevada, refletindo desequilíbrios de oferta e demanda relacionados à pandemia, preços mais altos de energia e pressões mais amplas sobre os preços".

Autoridades do Fed decidiram que não podem mais se dar ao luxo de esperar que a **inflação** se modere por conta própria e deverão continuar aumentando as taxas em suas reuniões ao longo do ano, com muitos investidores esperando grandes aumentos em junho e julho.

Algumas autoridades até sinalizaram que um movimento de 0,75 ponto percentual pode ser possível, mas o presidente do Fed, Jerome Powell, afirmou em entrevista nesta quarta após a reunião que

isso não está sendo considerado ativamente.

Embora o Fed reconheça que a **inflação** pode permanecer rápida à medida que as interrupções no fornecimento da China e a Guerra da Ucrânia exacerbam as pressões sobre os preços, alguns analistas duvidam que isso justificaria um movimento ainda maior.

"O que eles estão tentando fazer é dizer ao mercado: a **inflação** pode aumentar a curto prazo", disse Gennadiy Goldberg, estrategista de taxas da TD Securities, sobre as referências do Fed à Ucrânia e à China. "Isso não sugere que eles devam subir 0,75 ponto percentual, porque esse não é o tipo de **inflação** que o Fed pode controlar" Decidir com que rapidez recuar nas políticas de apoio é um exercício difícil Os banqueiros centrais esperam agir de forma decisiva para conter a alta dos preços sem limitar o crescimento de forma tão agressiva que leve a economia a uma recessão grave. No entanto, projetar o chamado pouso suave provavelmente será um desafio.

O Fed planeja encolher seu balanço patrimonial a partir de junho, permitindo que os títulos vençam sem reinvestimento. Ele disse nesta quarta-feira que deixará até US\$ 60 bilhões em dívidas do Tesouro expirarem a cada mês, juntamente com US\$ 35 bilhões em dívidas lastreadas em hipotecas. Esse plano será implementado em fases até setembro.

O plano do Federal Reserve de reduzir suas participações deve tirar o fôlego dos mercados financeiros e pode ajudar a esfriar o mercado imobiliário, pois eleva os custos de empréstimos em longo prazo, reforçando o efeito dos aumentos das taxas de juros do banco central Os movimentos antecipados do Fed já começaram a elevar as taxas de hipotecas.

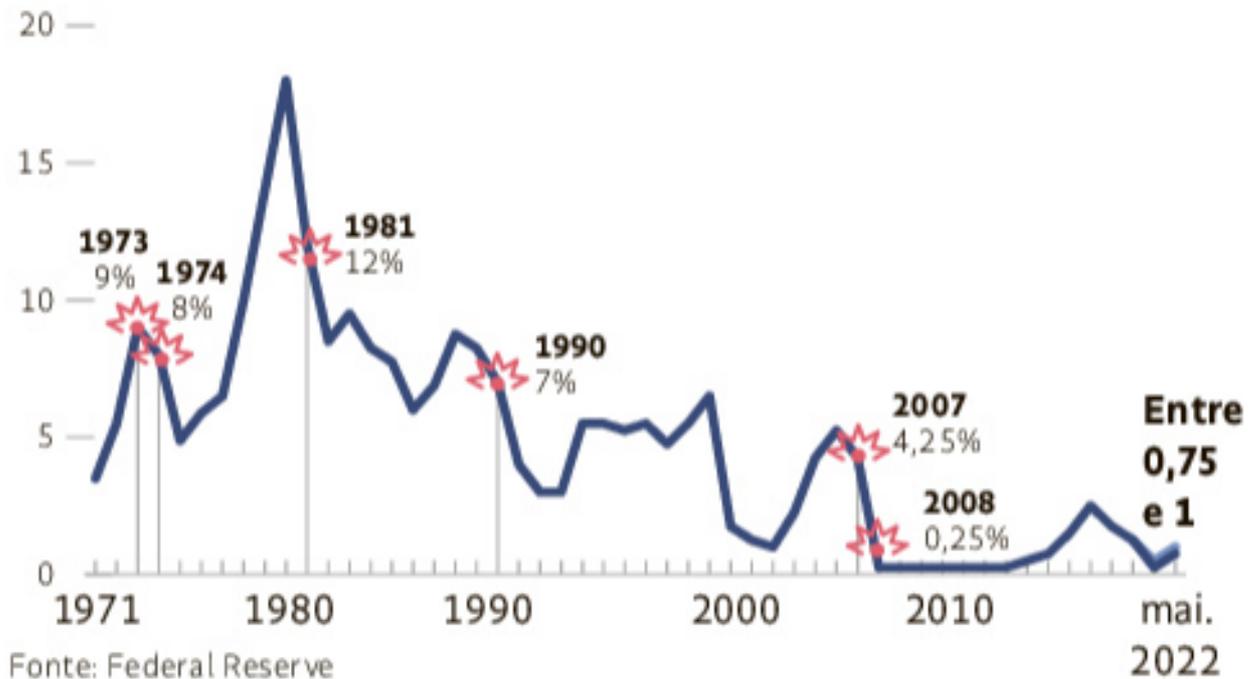
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902&anchor=6455399&pd=8394a21b572f68c08e5261df9dfbc12b>

EUA elevam juros no maior ritmo em 22 anos

Teto dos juros nos EUA, em %

🔴 Indicador de recessão



Entenda por que inversão da curva de juros pode prenunciar recessão

Os mercados de títulos lançam um sinal de alerta sobre as perspectivas de crescimento dos EUA, no momento em que os bancos centrais se preparam para combater a **inflação** via aumento nos juros.

A disparidade entre os custos de captação a curto e longo prazo pelo governo se reduziu drasticamente nas grandes economias desenvolvidas desde o fim de 2021. Nos EUA, uma "inversão da curva de juros" aconteceu no mês passado, pela primeira vez desde 2019 -evento que, no passado, serviu de prenúncio a desacelerações econômicas.

"Historicamente, tende a acontecer uma recessão nos EUA um ano depois que a curva se inverte, ainda que a variação seja grande e que ocasionalmente haja falsos indicadores", disse Priya Misra, que comanda a área de estratégia mundial de juros da corretora TD Securities.

Os investidores não dispõem de uma bola de cristal, mas a curva de juros é um bom substituto.

Ela mostra as taxas que os compradores de títulos de dívida do governo exigem antes de emprestar seu dinheiro por períodos variados de tempo -no overnight, um mês, dez anos ou até cem anos.

Como emprestar aos governos de economias grandes e desenvolvidas é considerado uma aposta segura, essas taxas de captação são influenciadas principalmente pelas avaliações do investidor quanto às perspectivas de crescimento e **inflação** e pelo efeito que isso terá sobre os juros dos bancos centrais.

A curva de juros dos EUA, especialmente -graças à posição central do dólar no sistema financeiro mundial-, funciona como uma espécie de barômetro da sabedoria coletiva dos investidores sobre o percurso futuro da maior economia do planeta, e seu histórico quanto à sinalização de desacelerações antes que elas ocorram é forte.

A curva de juros em geral é ascendente, o que aponta que emprestar dinheiro por períodos mais longos propicia uma taxa de retomo fixo mais alta. O rendimento de empréstimos de prazo mais curto tende a representar aquilo que os investidores acreditam que vá acontecer com as políticas dos bancos centrais no futuro próximo. Vencimentos mais longos

representam o melhor palpite dos investidores sobre a direção que a **inflação**, o crescimento e as taxas de juros tomarão em médio e longo prazo.

No entanto, quando uma economia está se desacelerando e as expectativas de **inflação** caem, os rendimentos sobre os títulos de 10 e 30 anos tipicamente caem em direção daqueles oferecidos pelos papéis de vencimento mais curto, como as notas de três meses e dois anos, já que os investidores apostam que haverá menos necessidade de os bancos centrais elevarem os custos de captação no futuro; em lugar disso, eles podem ter de encorajar gastos.

Essa atenuação da curva de juros pode em algum ponto se tornar um sinal recessivo, especialmente se a curva se inverter e passar a ser descendente, como aconteceu na semana passada. Uma "inversão" da curva de juros precedeu cada uma das recessões acontecidas nos EUA nas últimas cinco décadas.

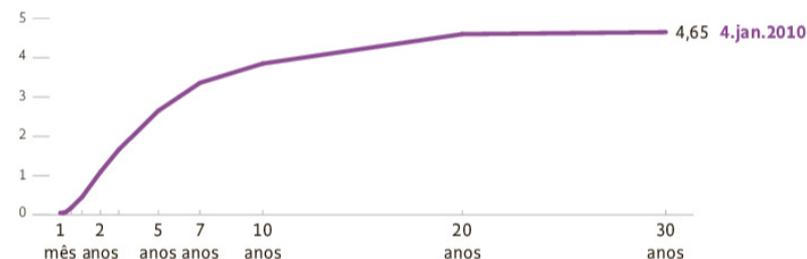
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902&anchor=6455399&pd=8394a21b572f68c08e5261df9dfbc12b>

Juros nos EUA

Um exemplo de curva de juros

Rendimentos em títulos do Tesouro dos EUA, por prazo até o vencimento, em % ao ano



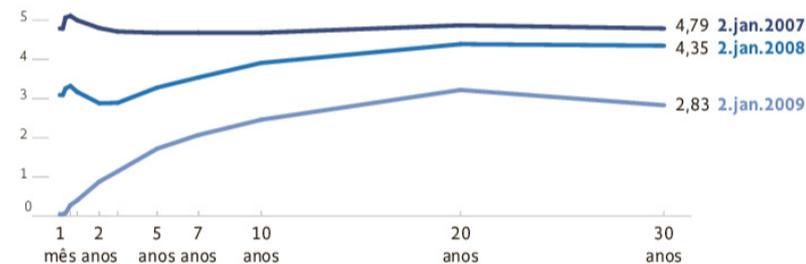
A curva de rendimentos tende a se achatar quando os investidores esperam uma desaceleração econômica ou uma recessão

Rendimentos em títulos do Tesouro dos EUA, por prazo até o vencimento, em % ao ano



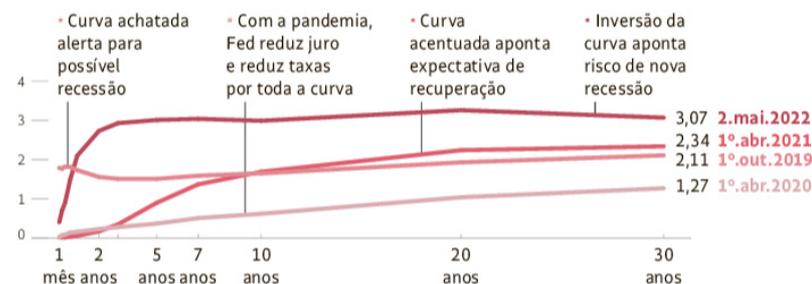
A curva se inclina quando os investidores estão antecipando um período de crescimento, como a recuperação da crise financeira de 2008

Rendimentos em títulos do Tesouro dos EUA, por prazo até o vencimento, em % ao ano



Comportamento da curva de juros nos EUA durante a pandemia

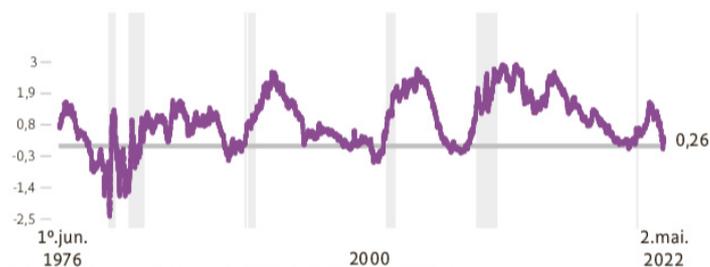
Rendimentos em títulos do Tesouro dos EUA, por prazo até o vencimento, em % ao ano



Uma curva de rendimento 'negativa' tem sido tipicamente um prenúncio de uma recessão

Diferença entre os rendimentos do Tesouro dos EUA de 2 e 10 anos, em pontos percentuais

■ Recessão



Fontes: Departamento do Tesouro dos EUA e Federal Reserve de St. Louis

Auxílio Brasil de valor mínimo permanente de R\$ 400 vai a sanção

Renato Machado

O Senado aprovou nesta quarta-feira (4) medida provisória que torna permanente o piso de R\$ 400 pago no âmbito do programa Auxílio Brasil -substituto do Bolsa Família.

A medida provisória foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. Como já havia tramitado pela Câmara, segue direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O chefe do Executivo havia encaminhado em dezembro do ano passado ao Congresso Nacional a medida provisória prevendo o pagamento de R\$ 400 a partir daquele mês. O texto, no entanto, não previa que o valor do piso do programa seria permanente.

Atualmente, o valor do benefício é dividido em duas partes: uma permanente, cujo tíquete médio era de R\$ 224 em novembro do ano passado, e outra temporária, equivalente ao valor necessário para chegar aos R\$ 400. Esse montante temporário, o chamado benefício extraordinário, terminaria em dezembro deste ano - portanto, logo após as eleições.

Durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, o relator da proposta, o deputado federal e ex-ministro da Cidadania, João Roma (PL-BA), acatou uma emenda e incorporou o valor permanente de R\$ 400 no texto.

Com a alteração, tanto em 2023 quanto em 2024, devem ser destinados R\$ 47,45 bilhões aos benefícios regulares do Auxílio Brasil e outros R\$ 41,15 bilhões à parcela complementar, totalizando R\$ 88,6 bilhões.

O relator da proposta no Senado, Roberto Rocha (PTB-MA), estimou o impacto levemente acima, em R\$ 90 bilhões.

"E evidentemente relevante a elevação do poder aquisitivo das 17 milhões de famílias que recebem e receberão o benefício extraordinário, especialmente quando se leva em conta a sua vulnerabilidade social, conforme os critérios previstos em lei para ingresso neste programa", afirmou o relator em seu texto.

"Vivemos um momento atípico e grave de **inflação** mundial, com os maiores níveis de preços em décadas

sendo registrados em vários países do mundo. Esta situação se explica tanto pelas sequelas da pandemia de Covid-19 quanto pelas consequências do preocupante conflito militar na Europa." Rocha rejeitou emendas que pretendiam, por exemplo, criar uma espécie de 13o para o Auxílio Brasil e incluir no programa todas as famílias que comprovarem a elegibilidade para o recebimento dos benefícios.

Ao contrário do que aconteceu na Câmara dos Deputados, não houve pressão da oposição para que o valor do benefício passasse para R\$ 600.

O líder da minoria, Jean Paul Prates (PT-RN), afirmou que o incremento e a perenização do valor de R\$ 400 ainda são insuficientes para lidar com uma situação de depressão econômica que teria sido criada pelo próprio governo Bolsonaro.

"O aumento dos beneficiários de 14 milhões para 17 milhões nem sequer alcança a quantidade de novos pobres gerados na época da pandemia. E antes da pandemia já eram 2 milhões que já haviam caído para a extrema pobreza", afirma.

"Votamos a favor, evidentemente, porque ninguém vai jogar fora a oportunidade de um incremento para quem mais precisa. Mas o número de pessoas que precisam de auxílio aumentou muito mais. E a necessidade per capita absolutamente aumentou também", completou.

Também nesta quarta-feira (4), o relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), defendeu que os recursos destinados ao programa Auxílio Brasil possam ficar fora do teto dos gastos.

Castro foi escolhido por unanimidade relator durante sessão da Comissão Mista do Orçamento. O presidente do colegiado será o deputado federal Celso Sabino (União Brasil-PA).

Castro foi questionado qual seria sua posição, caso o governo federal optasse por retirar os gastos do programa social do teto dos gastos. Castro respondeu que, por enquanto, apenas escuta "informações de um lado e do outro" sobre essa possibilidade, mas que não obteve nenhum fato concreto. No entanto, adiantou ser favorável.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902&anchor=6455399&pd=8394a21b572f68c08e5261df9dfbc12b>

Pandemia, inflação, guerra, lockdowns na China, eleição; tempestade perfeita? - SOLANGE SROUR

Quando pensávamos ter saído de um dos maiores desafios econômicos da história, as perspectivas para o mundo voltam a ficar nebulosas. Com a guerra na Ucrânia, o aumento da **inflação** global e o retorno dos lockdowns na China, as dificuldades a serem enfrentadas nos próximos anos tendem a ser conjunturais e estruturais.

No Brasil, apesar de uma maior expectativa para o **PIB** deste ano, as previsões para 2023 foram revisadas para baixo, com o processo de desinflação cada vez mais custoso. Enquanto isso, o debate eleitoral polarizado não trouxe ainda discussão de propostas para o país. Estamos despreparados para encarar as restrições do cenário externo mais adverso.

As consequências da guerra na Ucrânia vão muito além da redução da oferta de commodities e do risco de estagflação. O "Consenso de Washington", baseado na globalização e no livre comércio como caminhos para a prosperidade e a convergência entre economias avançadas e emergentes, faz parte do passado.

Se a pandemia exacerbou a preocupação com a autossuficiência nacional, a guerra escancarou limitado espaço para a neutralidade diante de uma maior tensão geopolítica entre EUA e Europa e China e Rússia. Não sabemos qual será a "nova ordem mundial", mas dificilmente seremos beneficiados como antes pela integração entre economias.

Por outro lado, a maior persistência da **inflação** global amplia a chance de juros mais restritivos, diminuindo a abundante liquidez internacional e o crescimento mundial. Mais do que a questão econômica, a aceleração da **inflação** pode trazer instabilidade política.

Vale lembrar que a Primavera Árabe foi, em larga medida, provocada pelo aumento de preço de alimentos.

Com mais de 275 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda no mundo, os organismos multilaterais têm expressado preocupações com o aumento substancial da pobreza

e seus impactos sociais. Levar a **inflação** para patamares significativamente mais baixos será uma tarefa árdua, pois seu combate em muitos casos leva a um aumento do desemprego.

Para completar o quadro, o crescimento chinês tem sido afetado pela política de "zero-Covid", que reduziu a mobilidade de 35% do **PIB** do país, causando mais uma quebra das cadeias produtivas, escassez de alimentos e aumento das tensões sociais.

Ainda que as autoridades chinesas garantam estímulos a investimentos e recuem no aperto regulatório em curso, o modelo de crescimento baseado na contínua expansão da oferta doméstica no momento em que a demanda global desacelera dificilmente pode ser sustentado sem os surgimentos de novas "bolhas".

Até agora, o cenário externo favorável propiciou a forte expansão da arrecadação com o resultado fiscal, podendo ficar dois anos consecutivos em terreno positivo. Enquanto a atividade econômica se mostrou mais resiliente às altas de juros, o emprego já recuperou o nível pré-pandemia.

Nos contentamos com uma "foto melhor", sem pensar nas mudanças dos ventos externos. Do ponto de vista de agenda macroeconômica, nenhum grande avanço foi realizado após a aprovação da reforma da previdência. Retrocedemos.

Para triplicar o Bolsa Família de forma permanente, alteramos a regra do teto sem discutir alternativas superiores na redução da pobreza com menos despesas. Ao mesmo tempo, o discurso de ganho de arrecadação permanente ameaça os resultados primários futuros com desonerações realizadas sem um desenho sustentável.

O teto está ameaçado por todos os lados. Discute-se agora tirar o Auxílio Família e os investimentos públicos das despesas sob seu controle. Sem um limite efetivo para a despesa total, nossa dívida pública terá trajetória explosiva. A enorme incerteza sobre qual regime fiscal vai prevalecer a partir de 2023 pressiona as expectativas de **inflação**, a taxa de

câmbio e os juros.

Faltando poucos meses para a eleição, estamos ao largo do importante debate sobre qual agenda econômica e social o Brasil perseguirá. A única certeza é de que, quanto mais difícil o cenário externo, maior a necessidade de perseguir rapidamente os ajustes que ficaram para trás.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49902&anchor=6455399&pd=8394a21b572f68c08e5261df9dfbc12b>

Por reajuste, delegados da PF aprovam paralisações e a entrega de cargos

PEPITA ORTEGA | EDUARDO GAYER

Ao descrever um clima interno de "revolta e insatisfação" com o governo Jair Bolsonaro, os delegados da Polícia Federal subiram o tom e, em nota divulgada ontem, anunciaram que vão pedir a renúncia do ministro da Justiça, Anderson Torres, pelo "desprestígio e desrespeitoso tratamento" do chefe do Executivo com a corporação.

A indicação se dá após Bolsonaro confirmar um reajuste linear a todo funcionalismo, sem menção à reestruturação das carreiras policiais da União com aumento de salário acima da inflação.

Na nota, a classe diz que pretende promover paralisações parciais e progressivas, e que servidores ligados à Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) poderão entregar cargos de chefia e recusar convites para assumir postos. As medidas foram aprovadas em Assembleia-Geral Extraordinária realizada na segunda-feira e anteontem.

Trata-se de um dos capítulos mais tensos da relação entre Bolsonaro e a corporação desde abril de 2020, quando o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, renunciou ao cargo em meio à crise que teve como pivô a exoneração do delegado Maurício Valeixo, que ocupava o posto de diretor-geral da PF.

Na avaliação dos delegados, Bolsonaro não honrou com a palavra. Junto com as demais classes que compõem a PF, os delegados cobravam a valorização da corporação prometida publicamente pelo presidente, em especial a reestruturação das carreiras.

"A ADPF reforça a gravidade do momento e do posicionamento do presidente da República, que, depois de se comprometer publicamente e já com orçamento reservado para a reestruturação das carreiras, decidiu não honrar com a própria palavra, gerando um clima de revolta e insatisfação generalizada nunca antes visto entre os servidores da PF", afirma a nota.

Os delegados disseram que vão insistir no "cumprimento da palavra empenhada" e que esperam que valores como "ética, palavra e honra" sejam compartilhados por todos os integrantes do governo

federal.

MOBILIZAÇÃO. As últimas semanas foram de pressão da PF sobre o governo. Há uma semana, entidades que representam as diferentes categorias que compõem a corporação organizaram atos em frente às superintendências de vários Estados, com faixas pedindo a "valorização das forças de segurança federais".

Na ocasião, o presidente da ADPF, Luciano Leiro, relatou que a pressão dentro da PF aumentava em razão da falta de posicionamento do governo federal.

Policiais rodoviários anunciam protesto para cobrar promessas

A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), que representa os sindicatos da categoria, aprovou ontem a realização de uma "marcha nacional", em Brasília, no dia 1.º de junho.

O objetivo, segundo a entidade, é pressionar o governo a anunciar a reestruturação das carreiras prometida pelo presidente Jair Bolsonaro. A adoção de operações-padrão não está descartada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mulheres poderão sacar recursos do FGTS para pagar creche para os filhos

EDUARDO GAYER ANTONIO TIMÓTEO BRASÍLIA

A nova rodada de medidas trabalhistas, anunciada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, prevê que as mulheres com filhos com até cinco anos possam retirar recursos do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) para custear creche.

A proposta também prevê a possibilidade de mulheres sacarem o FGTS para o pagamento de cursos de qualificação estipulados pelo governo.

A secretária adjunta da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, Tatiana Severino de Vasconcelos, afirmou que o tempo de uso dos recursos e os valores que serão liberados do FGTS para bancar as creches e os cursos de qualificação ainda dependem de ato do conselho curador do fundo.

"No caso das creches, esse é um dos grandes gargalos para a empregabilidade das mulheres", disse. De acordo com ela, os cursos serão oferecidos nas áreas de engenharia e inovação, dominadas atualmente por homens e que costumam pagar melhores salários.

A liberação gradativa de recursos do FGTS para aquecer a economia em um cenário de juros e de **inflação** altos tem sido uma tônica da gestão Bolsonaro, amarrada pelo baixo espaço de manobra com recursos do Orçamento.

A vantagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o presidente Jair Bolsonaro (PL) nas intenções de voto para este ano se deve principalmente à fatia do eleitorado feminino. Segundo levantamento da Quaest, Lula tem 47% da preferência entre as mulheres, e Bolsonaro, 25%.

A vantagem cai consideravelmente entre os eleitores masculinos: 43% preferem o ex-presidente, enquanto Bolsonaro aparece com 38%.

FLEXIBILIDADE APÓS LICENÇA.

Outro trecho da medida provisória (MP) flexibiliza o regime de trabalho dos pais após o fim da licença-maternidade. Pelo texto enviado ao Congresso, os pais poderão adotar regime de trabalho em tempo parcial, o regime de compensação por meio de banco

de horas e jornada de 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso. A norma ainda autoriza a antecipação de férias para os pais e a flexibilização dos horários de entrada e saída.

OUTRAS MEDIDAS. A MP também aumenta o prazo dos contratos do Programa Jovem Aprendiz para abrir, segundo o governo, mais 250 mil vagas.

Pelo texto, o prazo máximo dos acordos passará de dois para três anos. Os contratos poderão chegar a quatro anos de duração para os jovens contratados com 14 anos. Com isso, ele trabalhará no programa Jovem Aprendiz até os 18 anos.

Os jovens considerados vulneráveis também poderão ter o contrato de até quatro anos.

O jovem que estiver fazendo um curso técnico poderá ter o contrato de jovem aprendiz por quatro anos. Nos programas de aprendizagem que exigem idade mínima de 21 anos, como transporte e segurança, o limite de idade, atualmente em 24 anos, passa a ser de 29 anos.

Com R\$ 3,7 bi por ano, Congresso cria piso de agentes comunitários

O Senado aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um piso salarial para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta fixa a remuneração mínima desses profissionais em dois salários mínimos, valor equivalente a R\$ 2.424 neste ano.

O custo deverá ser pago pela União, que precisará incluir as despesas no Orçamento.

O texto já havia sido aprovado pela Câmara em março e, com o aval dos senadores, vai à promulgação. O relator da proposta no Senado, Fernando Collor (PTB-AL), afirmou que a proposta, que tramitou por 11 anos até ser aprovada, vai beneficiar cerca de 400 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

O impacto é calculado em R\$ 3,7 bilhões por ano para os cofres federais. Hoje, o governo repassa R\$ 1,19 bilhão a Estados e municípios para reforçar o

pagamento dos agentes, valor equivalente a quase um salário mínimo e meio. Com a PEC, só parcelas extras, como vantagens, auxílios e gratificações, ficarão a cargo dos governos regionais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reajuste de plano de saúde empresarial vai parar na Justiça

GLAUCE CAVALCANTI E LUCIANACASEMIRO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Covid-19: Pequim fecha 15% do metrô e 158 rotas de ônibus

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Combustível mais caro acelera gasto com importação

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208

Fed sinaliza comedimento na aceleração dos juros (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208

Fome cresce no mundo, e guerra agrava o quadro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208?page=10§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208?page=10§ion=2

BC aumenta taxa Selic para 12,75% e admite nova alta

Larissa Garcia e Alex Ribeiro De Brasília e de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187208?page=1§ion=1